



*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

**LEI Nº 280**

**Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos competindo-lhes especificamente:**

**I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;**

**II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos in natura;**

**III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;**





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

IV- sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:

- a) as metas a serem alcançadas;
- b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;
- c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

VII - articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-se na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX- realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando em conta quando de elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X- exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

como a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação

XII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçamentar e avaliar o programa do Município;

Parágrafo Único- A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município.

Art. 2º- O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I- o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II- 01 ( um ) representante dos professores das escolas municipais;

III- 01 ( um ) representante de pais de alunos;

IV- 01 ( um ) representante dos trabalhadores rurais do Município;

§ 1º- A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

§ 2º- A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 02 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 3º- O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de Educação.





*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

§ 4º- Os representantes referidos nestes artigos serão indicados por suas entidades por nomeação do Prefeito Municipal.

§ 5º- No caso de ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º- O Conselho de Alimentação reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º- Ficarão extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 02 ( duas ) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 ( quatro ) alternadas.

§ 8º- Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

Art. 3º- O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 02 ( dois ) anos que poderá ser renovado.

Art. 4º- O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º- As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

## CAPÍTULO II

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º- O Programa de Alimentação Escolar será executado como:





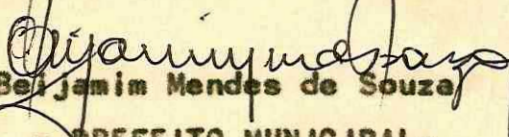
*Prefeitura Municipal de Mucurici*  
*Estado do Espírito Santo*

- I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;
- II- recursos transferidos pela União e pelo Estado;
- III- recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

Art. 7º- O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 ( trinta ) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

Art. 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, rebogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de março de 1995

  
Benjamin Mendes de Souza  
- PREFEITO MUNICIPAL -